

2.º CAPÍTULO. O OLIVAL DA NAÇÃO

O LADO NEGRO DO NEGÓCIO

DOURADO

DO AZEITE

Na aldeia de Fortes, cerca de 80 habitantes sobrevivem cercados por uma pegajosa nuvem de fumo que se transforma em gordura e escorre pelas casas e plantações. É a consequência dos resíduos provenientes da produção de azeite, que estão a alcançar níveis nunca vistos.

Por **Paulo Barriga** (texto) e **João Miguel Rodrigues** (fotos)



Há um lado sombrio por trás do florescente negócio do azeite: os resíduos provocados pela extração lagareira. O bagaço de azeitona, uma pasta altamente poluente e que necessita de ser processada em fábricas de secagem, está a ser produzido no Alqueva em quantidades nunca antes observadas. As três únicas unidades fabris existentes na região estão à beira do colapso. E quanto mais cresce a área de olival superintensivo, mais o problema se adensa. Sem solução à vista. Em Fortes, cerca de 80 habitantes sobrevivem cercados por uma pegajosa nuvem de fumo que se transforma em gordura e escorre pelas casas e plantações e que os impede de abrir as janelas e obrigou a tapar as chaminés.

Os números são avassaladores e falam por si. Apesar de as contas ainda não estarem fechadas, a cerca de um mês do fim da campanha, os olivais de alta densidade do Alentejo já produziram perto de 880 mil toneladas de azeitona. O que ultrapassa a totalidade da produção nacional no melhor ano de safra de que há registo, 2017, onde se colheram, nas diferentes regiões azeiteiras do País, quase 860 mil toneladas.

As condições meteorológicas favoráveis, a mecanização do processo de colheita e a entrada em produção de dezenas de novos olivais superintensivos na região do Alqueva estão a proporcionar a pulverização de todos os recordes da fileira oleícola. Os lagares da região já produziram 150 mil toneladas de azeite. No melhor ano de sempre, todo o País chegou perto das 140 mil toneladas, segundo dados da Casa do Azeite.

A esta explosão não será alheio o facto de, no Alentejo, estar em marcha “a verdadeira revolução da olivicultura internacional”, diz Pedro Lopes, presidente da Associação de Olivicultores do Sul. Com efeito, é na região de Alqueva que se fixaram os maiores e mais avançados lagares do mundo, onde se instalaram os mais eficientes olivais de regadio e onde as novas tecnologias agrárias mais se têm desenvolvido. Portugal, com o

▶ O lagar da Olivomundo é, segundo os seus proprietários, uma fábrica “absolutamente limpa”

OS NOVOS LAGARES NÃO ESTÃO PREPARADOS PARA PROCESSAR OS RESTOS DO SISTEMA: O BAGAÇO

▼ Luís Mira Coroa diz que uma avaria numa fábrica de processamento cria um problema complexo



Alentejo a puxar para cima o prato da balança, é hoje um exportador líquido de azeite e estima-se que na presente campanha as vendas ao exterior possam aproximar-se dos 750 milhões de euros.

Mas se o investimento no setor produtivo do azeite, que está a ser materializado a uma velocidade sem precedentes, está a originar a “revolução” de que falam os olivicultores, o mesmo não se verifica no fim da

fileira. Hoje em dia, os lagares são “fábricas absolutamente limpas”, diz José Gonçalves, proprietário de uma das maiores unidades de transformação de azeitona do mundo, a Olivomundo. A recente tecnologia de laboração em duas fases substituiu os antigos processos tradicionais de prensagem e, na sequência dessa evolução, acabou-se com as chamadas águas-ruças, que são efluentes com elevado teor poluente.





As novas unidades de extração, apesar de asséticas e de conseguirem subtrair mais de 96% da gordura às azeitonas, não estão, no entanto, capacitadas para processar os resíduos resultantes do sistema: o bagaço. Uma pasta composta pela água vegetal da azeitona, cascas, resíduos da polpa onde se mantém alguma massa oleosa e fragmentos do caroço. Uma tonelada de azeitona, dependendo da variedade e do estado de maturação do fruto, produz em média 180 quilos de azeite e 820 de bagaço, que tem de ser transferido em camiões para fábricas de secagem.

A questão é que, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, em 2018 existiam no perímetro do Alqueva 118 lagares. E apenas três unidades de secagem, com capacidade para absorver, no conjunto, 600 mil toneladas de bagaço, laborando 24 horas por dia, 365 dias por ano.

“Basta haver uma avaria grave numa das fábricas para termos aqui um problema complexo”, reconhece Luís Mira Coroa, diretor da União de Cooperativas Agrícolas do Sul.

Num cenário de crise, não só a fileira será interrompida em toda a sua extensão, da apanha à transformação lagareira, com os respetivos prejuízos e perdas de rendimento associados. Como se estará perante

LARANJAS E ROMÃS FICAM NAS ÁRVORES DEVIDO À SOBRECAPA DE POLUIÇÃO

Poluição

As primeiras análises feitas ao ar de Fortes revelaram a concentração de partículas 35 vezes acima do valor permitido

AS UNIDADES DE SECAGEM TERIAM DE LABORAR 24 HORAS POR DIA PARA PROCESSAR TODO O BAGAÇO

um problema ambiental de difícil antevisão. É que o bagaço da azeitona esconde o lado negro do negócio dourado do azeite. E só na presente safra já foram produzidas no Alqueva mais de 630 mil toneladas deste subproduto, o que excede em 30 mil toneladas a capacidade total de armazenagem e de processamento das três fábricas existentes na região.

Fortes, mas não tanto

► Não é indispensável ser perito em questões ambientais para concluir que é impossível viver em Fortes, tal como lá sobrevivem os cerca de 80 habitantes deste pequeno lugar da extinta freguesia de Canhestros, Ferreira do Alentejo. O exemplo é o de 4 de novembro de 2019, mas podia ser o de qualquer um dos muitos dias do ano em que o vento trata de empurrar uma pegajosa nuvem de fumo para cima da povoação. “A fumarada envolve-nos e persegue-nos de tal forma que até parece que tem braços e pernas”, descreve a antiga trabalhadora rural Rosa Maria Dias.

“Antiga” é um adjetivo algo forçado para imputar a uma mulher de 57 anos, “na força da idade” e que “toda a vida” trabalhou a terra, criando animais e tratando da horta que “alimentava a fartura da casa. Hoje sou uma pessoa doente e nem na minha casa posso morar”. A “casa” é o denominado monte do Joaquim Venâncio, parcela de terreno que dista apenas 200 metros da fábrica de transformação de bagaço de azeitona de Fortes, propriedade da AZPO – Azeites de Portugal, sociedade anónima cujo sócio maioritário é a empresa sevilhana Miguel Gallego, casa-mãe de um dos maiores grupos de azeites do mundo, o Migasa. Devido à proximidade com a unidade fabril, é no descampado que em tempos foi a horta que dava “fartura” à casa da família de Rosa Dias que a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) costuma instalar os seus instrumentos de medição da qualidade do ar, sempre que pretende monitorizar as emissões da AZPO.

Tal como acontece em todas e em cada uma das moradias de Fortes, também das paredes do monte onde habita Rosa Dias escorre uma gordura espessa. Aqui, os telhados, devido ao acumular de fuligem, apresentam-se invariavelmente escurecidos. As chaminés foram tapadas, assim como qualquer frincha que permitisse a entrada do ar exterior. Portas e janelas abertas, só em último recurso. Romãs e laranjas, fruta da época, ficam nas árvores devido à sobrecarga de poluição que sobre elas se abateu. “Vivemos numa prisão”, afirma Maria Carvalho Lino, de 68 anos. Nesta aldeia de velhos, até as placas que anunciam a localidade têm um aspeto maculado. Desolador. Sujo.

Na última década, mais concretamente desde que em 2009 a antiga fábrica de transformação de tomate Tomsil foi reconvertida em unidade de secagem de bagaço de azeitona, as sucessivas administrações sempre negaram a emanação de gases poluentes. “Diziam-nos que era só vapor de água, aquilo que respirávamos”, revive Fátima Mourão, presidente da Associação Ambiental Amigos de Fortes (AAAF). No entanto, as primeiras análises efetuadas pela APA entre 1 e 11 de junho de 2018, revelaram que a concentração de partículas finas atmosféricas, responsáveis por doenças respiratórias e cardíacas graves, excediam 35 vezes o valor-limite estabelecido por lei. O relatório científico mostrava ainda uma “forte correlação” entre estas partículas e os poluentes químicos dióxido de enxofre e monóxido de carbono.

Por falta de “informação das concentrações durante o tempo integral de funcionamento da unidade industrial”, a APA deu também parecer para que se monitorizasse, “no futuro imediato em regime indicativo”, a presença de hidrocarbonetos policíclicos aromáticos, compostos cancerígenos que apareceram de forma residual, mas evidente, na primeira análise. Em função destes resultados a APA classificou como MAU o índice de qualidade do ar que era, àquela data, dado a respirar aos habitantes de Fortes. Mas mesmo antes de serem conhecidos os resultados desta análise, o Instituto de Apoio às

► Pequenas e Médias Empresas Industriais (IAPMEI), por indicação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, tinha ordenado a suspensão coerciva da fábrica por seis meses, embora não sem que antes tivesse permitido o processamento de todo o bagaço armazenado em aterro.

Ainda que a campanha da azeitona decorra entre outubro e março, “a falta de planeamento global para o setor no Alqueva e o consentimento por parte das autoridades competentes do avanço descontrolado da plantação de olivais”, no dizer de Fátima Mourão, está a “estrangular” a fileira. Já em meados de dezembro de 2019, a Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal (Confagri) alertava, através do seu presidente, para o iminente “caos ambiental” que se avizinhava no Alqueva, em virtude da escassa capacidade de armazenamento e de transformação do bagaço existente.

Na região do Alqueva há apenas três unidades de secagem (Odivelas e Fortes, ambas no concelho de Ferreira do Alentejo, e Alvito), e todas elas, segundo Aníbal Martins, “estão praticamente cheias e a atingir a rutura”. Um “desequilíbrio estrutural”, reconhece o presidente da Confagri, que, na presente campanha, obrigou grandes companhias produtoras, como a Elaia/Oliveira da Serra, a “exportar” mais de 30 mil toneladas de bagaço para o exterior do perímetro, nomeadamente para uma



▲ Rosa Maria Dias fotografada nos terrenos da sua casa, junto à fábrica da AZPO, em Fortes

nova fábrica que o mesmo grupo espanhol Migasa projetou em Monforte e que ainda estará a aguardar licença definitiva para operar.

Perigo para o ambiente

► O bagaço da azeitona, devido à sua elevada acidez e salinidade, é um subproduto potencialmente perigoso para o meio ambiente e carece, por isso, de ser processado, sob prejuízo de ocasionar ainda maiores danos ambientais a céu aberto. E apesar de o setor garantir que o ciclo produtivo do azeite proporciona “resíduo zero”, a verdade é que, sustenta Carlos Martins, “não se pode negar que existem impactos e emissões que têm de ser minimizados”.

Carlos Martins é o diretor da fábrica que a União de Cooperativas Agrícolas do Sul detém em Alvito. Formado em Engenharia Mecânica

Automóvel, em Londres, levou o último ano “a dar a volta ao mundo à procura de tecnologia que nos possa ajudar a resolver o problema”. Foi ele que idealizou os secadores que estão a processar a baganha no Alvito, cerca de 200 mil toneladas por ano, e que, neste momento, está a desenvolver numa fábrica em Jaén, na Andaluzia, Espanha, um protótipo de eletrofiltro húmido capaz de reter nas chaminés das fábricas as partículas que, para além do vapor de água, compõem as emissões resultantes do processamento do bagaço de azeitona.

As tais partículas finas que obrigam os residentes de Fortes a viver há vários anos encarcerados no interior das suas próprias casas ou a usar máscaras sempre que saem à rua. Aliás, é no desenvolvimento dos estudos de Carlos Martins e não tanto nas autoridades públicas ou na justiça, onde no último ano deram entrada 65 queixas contra a fábrica de Fortes, que os populares

O BAGAÇO DE AZEITONA É UM SUBPRODUTO POTENCIALMENTE PERIGOSO PARA O MEIO AMBIENTE

O ciclo do azeite

1. Colheita

Um hectare de olival intensivo, com 1.975 árvores, produz **12 toneladas de azeitona** que é levada em tratores



2. Lagar

Essas azeitonas produzem **2 toneladas de azeite** e 10 toneladas de bagaço de azeitona que é enviado para os secadores em camiões

“ainda depositam alguma esperança”, como confia Maria Luísa Coelho, de 77 anos: “Ou eles mudam isto de verdade ou a gente morre aqui todos envenenados.”

Após ter sido suspensa em junho de 2018 devido a “infrações ambientais graves”, a unidade fabril de Fortes retomou a atividade em outubro do mesmo ano, bem a tempo de inaugurar a campanha oleícola. A AZPO – Azeites de Portugal revela ter investido cerca de 1,2 milhões de euros em melhorias técnicas, nomeadamente na construção de um pavilhão para armazenamento do bagaço sólido, que antes se encontrava a céu aberto, e na substituição de duas chaminés por uma única com 40 metros de altura, o que a empresa julga ser suficiente para melhor dispersar as emissões da fábrica. Por encomenda da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, que desde abril de 2019 substituiu o IAPMEI enquanto “entidade coordenadora de licenciamento”, foram realizadas pela APA novas análises, entre 24 de maio e 21 de julho.

“Foi o jogo do gato e do rato”, escarnece Fátima Mourão, quando se refere ao segundo período de análises ao ar atmosférico em Fortes: “O estudo foi efetuado numa altura em que as emissões eram parcas e o industrial fazia paragens consecutivas. Para além de que as condições meteorológicas no verão fazem as emissões ir na direção oposta à aldeia.” Contudo, na opinião do responsável pela fábrica, o espanhol Jo-

Fortes mantém cerca de 80 habitantes, a maioria idosos

EM JUNHO DE 2018 A FÁBRICA FOI SUSPensa DEVIDO A INFRAÇÕES AMBIENTAIS GRAVES



Melhorias

Luís Pita Ameixa, autarca socialista de Ferreira do Alentejo, diz que há menos queixas quanto ao ar em Fortes



se Perez, “o resultado das análises demonstra que os investimentos realizados pela AZPO contribuíram para uma melhoria considerável da qualidade do ar”. Também Luís Pita Ameixa, presidente da autarquia local eleito pelo PS, refere que “após as obras notou-se melhorias sensíveis, já não havendo queixas quanto a poeiras no ar”.

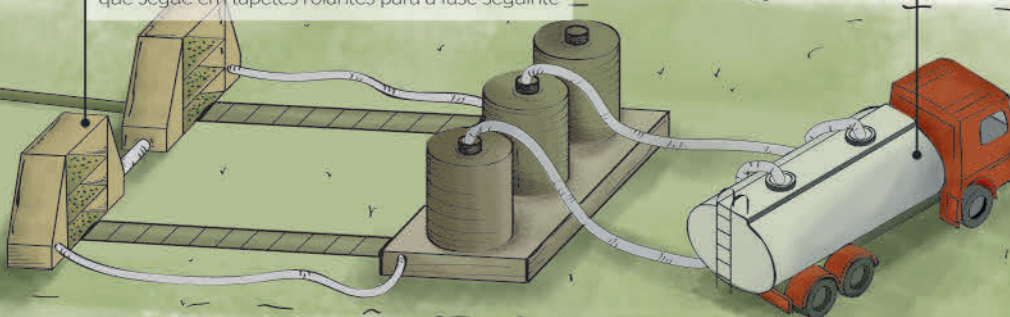
O que contraria a sensibilidade dos habitantes da pequena localidade. É ainda Fátima Mourão que realça que “estamos a ser neste momento altamente fustigados com fumos e cheiros e vamos continuar a sê-lo, como tem acontecido todos os outonos e invernos, altura do ano em que, com o frio e com as nuvens, as emissões da chaminé ficam por cima da aldeia e não se dissipam, formando uma

espécie de teto”. Após as colheitas efetuadas “para avaliação legal”, a APA, sem o conhecimento da fábrica, realizou uma monitorização contínua entre 12 de agosto e 25 de outubro de 2019, onde são assinaláveis as constantes violações dos parâmetros legais previstos para as partículas finas denominadas PM10.

Apesar de uma Resolução da Assembleia da República de 23 de agosto de 2018 determinar a “avaliação contínua” da qualidade do ar junto das fábricas de bagaço de azeitona, a entidade responsável, no caso de Fortes o município de Ferreira do Alentejo, ainda não requereu à Agência Portuguesa do Ambiente qualquer outro estudo. As análises semestrais, aliás, foram distribuídas à própria admi-

3. Secagem

A secagem liberta partículas e gases prejudiciais à saúde e ainda **sete toneladas de vapor de água e três toneladas de bagaço seco** com gordura que segue em tapetes rolantes para a fase seguinte



4. Extração de óleo

Por cada extração química são produzidos 300 kg de óleo cru e 3.700 kg de bagaço extratado. Destes, 1.350 kg são reutilizados como combustível nos secadores e outros 1.350 são **vendidos como biomassa para unidades de produção de energia elétrica**. O óleo cru é exportado

▷ nistração da AZPO, que se socorre de entidades privadas, na situação concreta, a Envienergy. A única colheita conhecida realizada por este laboratório, a 18 de outubro de 2019, estava dentro das conformidades. Já a recolha feita pela APA uma semana antes, a 11 de outubro, mostrava que o índice de poluição atmosférica por partículas finas prejudiciais à saúde excedia em dobro os valores permitidos por lei.

Problema global

► As emissões poluentes resultantes da transformação do bagaço de azeitona não se confinam à fábrica de Fortes. É certo que, pela proximidade da aldeia, o problema é aqui mais exuberante. Mas as demais fábricas da região, quer a de Alvito, quer a de Odivelas, também no concelho de Ferreira do Alentejo, são responsáveis por emissões de fumos e de maus cheiros que afetam as povoações que se localizam num raio de largas dezenas de quilómetros, inclusivamente a capital de distrito, Beja. E o mesmo acontece com as unidades fabris existentes fora do perímetro do Alqueva. A já referida fábrica do grupo Migasa em Monforte, a Oleoalegre, tem vindo a ser denunciada por Gonçalo da Câmara Pereira. O presidente do Partido Popular Monárquico, que reside na vizinhança da fábrica, na Herdade da Torre, diz-se “vítima dos fumos e do mau cheiro” emanado por aquela unidade de extração e refere não compreender como, em pleno século XXI, uma autarquia da CDU, “que se diz ecologista”, tenha permitido “um licenciamento desta natureza”.

O Migasa é o maior grupo produtor do mundo de óleo de bagaço de azeitona. Uma gordura que não tem qualquer tipo de expressão em Portugal, mas que é altamente apreciada como óleo para frituras quer em Espanha, quer nos países anglo-saxónicos, especialmente nos Estados Unidos da América, onde é comercializado sob a designação de *olive oil pomace*.

9 milhões foi quanto a AZPO - Azeites de Portugal faturou só em 2018

O MIGASA É O MAIOR GRUPO PRODUTOR DO MUNDO DE ÓLEO DE BAGAÇO DE AZEITONA

▼ O jornalista Edgardo Pacheco duvida que os fundos de investimento tenham qualquer preocupação ambiental



É em La Luisiana, Sevilha, que o Migasa tem a maior fábrica de secagem de bagaço do mundo, com capacidade para transformar metade da produção mundial deste subproduto do azeite, que resulta da secagem por evaporação das lamas provenientes dos lagares. Depois de extratado, são retirados ao bagaço os resíduos de azeite que a massa possa ainda conter. Passando esse óleo, finalmente, por um tratamento químico à base de hexano, um hidrocarboneto altamente inflamável que é também um dos componentes da gasolina. Antes de ser comercializado, o “óleo cru” é misturado com azeites virgem extra.

Outro dos “ativos” das unidades de secagem é o chamado “bagaço extratado”, já sem óleo, que é utilizado como carburante nos secadores do próprio processo fabril. Os excedentes do sistema, de que cerca de 50% são reutilizados pelas fábricas, são comercializados para fins industriais ou domésticos. Como “medida verde”, o Governo espanhol chegou a patrocinar a comercialização deste combustível para aquecimento nas habitações das localidades situadas perto de fábricas de transformação de bagaço. Foi o que aconteceu em Villanueva del Arzobispo, Jaén. Hoje, esta vila com pouco mais de oito mil habitantes está no *top* cinco dos locais mais contaminados por micropartículas em Espanha.

O rei dos azeites

► Em Portugal, “há” apenas uma central que se dedica à transformação da biomassa resultante do bagaço de azeitona em energia elétrica, a Centroliva, em Vila Velha de Ródão,

Castelo Branco. Uma empresa cuja conduta ambiental tem sido bastante questionada ao longo dos últimos anos. A Agência Portuguesa do Ambiente, em abril de 2018, ordenou o encerramento coercivo por três anos desta unidade fabril, uma vez que “foi dada como provada a prática de



sete contraordenações ambientais muito graves, duas das quais na forma dolosa”. As infrações da Centroliva consubstanciaram-se, essencialmente, na realização de descargas ilegais de águas-ruças na ribeira do Lucriz, cujas escorrências vão desaguar no rio Tejo. A APA intimou ainda os administradores da empresa, Alcides Branco e o filho Nuno Branco, a pagar uma coima única de 300 mil euros. Em novembro do mesmo ano, o Ministério Público de Castelo Branco deduziu acusação contra a Centroliva e os seus gerentes, por estes terem alegadamente “engendrado um plano” de descargas ilegais.

Alcides Alves Branco de Carvalho, homem-forte do PS em Santa Maria da Feira, onde liderou a concelhia socialista e se candidatou sem sucesso à presidência do município, apesar de a sua grande bandeira de campanha ter sido a renúncia à remuneração enquanto autarca, é conhecido no Norte do País como “o rei dos azeites”. Mas é no lado negro do negócio da gordura da azeitona que, nos últimos anos, Alcides mais se tem notabilizado. Já em abril de 2016, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro dava provimento a uma providência cautelar interposta pela Câmara Municipal da Mealhada, visando o encerramento compulsivo devi-



do aos fumos e aos cheiros provenientes da fábrica de transformação de bagaço que o grupo Alcides Branco & Companhia detinha no lugar de Lameira de Santa Eufémia, nas proximidades das termas do Luso.

E é este mesmo grupo que em 2009 adquire em Fortes, Ferreira do Alentejo, uma fábrica de processamento de tomate para a transformar numa unidade de secagem de bagaço. Desde então não mais pararam as queixas da população em relação às emissões poluentes. Com o grupo familiar em processo de insolvência, Alcides Branco passou esta unidade alentejana ao grupo espanhol Migasa, não sem que ele próprio e o filho, Nuno Branco, se mantivessem como vogais do conselho de administração da AZPO – Azeites de Portugal, que só em 2018 faturou mais de 9 milhões de euros.

Público versus privado

▶ Não é apenas no fim da linha que a monocultura do olival no Alqueva está a gerar preocupações ambientais. A ausência de um plano estratégico para a agricultura de rega na maior obra hidráulica portuguesa e a falta de ordenamento

do território rural, a que se associa a concentração de terras nas mãos de grandes fundos financeiros e económicos internacionais, está a fazer soar todos os alarmes. Tomé Pires, presidente da Câmara Municipal de Serpa eleito pela CDU, tem estado na linha da frente na contestação ao modelo de agricultura que se pratica na região. Para o autarca, “a terra não pode nem deve ser trabalhada com base no lucro fácil, num processo de concentração fundiária e de produções intensivas que promovem a precariedade do trabalho e põem em causa os ecossistemas e a qualidade do ambiente”.

Foi, aliás, em réplica às sucessivas intervenções públicas do autarca, que foram classificadas como “alarmistas” pelo anterior ministro da Agricultura, Capoulas Santos, que o Governo decidiu avançar, em junho de 2019, com um estudo que visa “analisar se existem vantagens na delimitação da área máxima desta cultura no perímetro de rega”. Mas para os especialistas, como é o caso do jornalista Edgardo Pacheco, autor do livro *Os 100 Melhores Azeites de Portugal*, o Estado está uma vez mais a correr atrás do prejuízo: “Quando os donos dos terrenos são fundos de investimento que, como se sabe, têm apenas como objetivo rentabilizar as

▲ Carlos Martins é diretor da fábrica de processamento de bagaço em Alvito

Problema

O presidente da EDIA diz que deverá ser difícil o estudo que está a ser feito chegar a conclusões profundas

FORAM PLANTADOS 56 MIL HECTARES DE OLIVAIS E 10 MIL HECTARES DE AMENDOAIS INTENSIVOS

aplicações financeiras no menor espaço de tempo possível, é duvidoso que tenham preocupações de sustentabilidade ambiental.”

Com efeito, foram plantados no Alqueva mais de 56 mil hectares de olivais e perto de 10 mil hectares de amendoais em regime intensivo e superintensivo sem que alguma vez se tivesse estudado de forma conclusiva os impactos destas culturas no meio ambiente e na saúde pública. O Ministério da Agricultura, como aconteceu com o lançamento do presente estudo que está a ser coordenado pela Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva e que deverá estar concluído até ao fim do primeiro trimestre de 2020, nunca conseguiu apresentar resultados detalhados sobre as implicações ambientais provocadas pelos olivais de alta densidade. E, mesmo agora, é o próprio presidente da EDIA, José Pedro Salema, que afirma por antecipação ser “impossível chegar a conclusões profundas num espaço de tempo tão curto”.

Sempre que a contestação ao modelo agrícola implementado no Alqueva se adensa, para verter água na fervura, os diferentes governos decidem avançar com iniciativas apaziguadoras. É o que atualmente está a acontecer com o estudo encomendado à EDIA; foi o que aconteceu em 2008 quando o então ministro Jaime Silva deu despacho para a criação do Grupo de Trabalho do Olival (GTO). Uma equipa coordenada por Pedro Jordão que, por falta de recursos humanos e de financiamento, se autoextinguiu em 2011, deixando apenas a vaga conclusão que “o olival intensivo não é causador de grandes impactos”, ressaltando logo de seguida ser “precária” a “informação que sustenta os resultados descritos”. Em concreto, aquilo que os investigadores puderam deduzir foi a existência de “uma tendência de redução da biodiversidade nos olivais superintensivos” e que já então era necessário tomar partido “entre a racionalidade económica privada e a preservação dos bens públicos”, entendendo por “bens públicos” o ambiente em geral.

Só em 2018 é que o Ministério da Agricultura se viu obrigado a ▶

▶ prosseguir os trabalhos do GTO, requerendo ao Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária um novo estudo sobre os “impactos ambientais do olival em alta densidade de plantação em regadio”. Desta feita pouco mais se avançou, apenas deixando os técnicos do INIAV “incentivos” aos agricultores para que desenvolvam uma “utilização racional de fertilizantes e de produtos fitofarmacêuticos”, inferindo que “a intensificação cultural, de um modo geral, associa (...) a ideia de um impacto ambiental mais acentuado”. A 16 de junho de 2019, o ministro da Agricultura decretava o fim dos apoios públicos aos novos investimentos no olival do Alqueva e às agroindústrias que lhe estão associadas. Sem propriamente justificar os motivos.

Olival sem ética

▶ No muro que delimita a última moradia da aldeia de Nossa Senhora das Neves, Beja, está grafado a letras garrafais azuis “olival aqui = †††”. O *graffiter* clandestino terá querido firmar uma mensagem de protesto contra a implementação de um olival intensivo a cerca de 10 metros das habitações. Uma plantação que, desde outubro de 2018, tem deixado também Maria Catarina Valério à beira de um ataque de nervos. É que esta bibliotecária habita com o marido e dois filhos no monte da Cruz do Meio, a escassa dezena de metros do novo compacto de oliveiras. “Sempre que fazem tratamentos às árvores, ficamos sem sair à rua durante um ou dois dias. Vou ter de abandonar a minha própria casa, pois não quero mais sujeitar os meus filhos a isto”, lamenta.

A experiência de Catarina Valério, longe de ser inédita, levou-a a aderir ao Movimento Alentejo Vivo. Uma organização cívica que, nos últimos meses, se tem batido em público contra o modelo de intensificação agrícola no Alqueva e, mais em concreto, pela “implementação de zonas de proteção entre as localidades e as explorações intensivas”. De entre os

Custos de produção de um olival por hectare

Na produção

Herbicidas, inseticidas e fungicidas

€300

Fertilizantes

€400

Poda

€200

Operações com trator

€350

Consultoria técnica

€70

Água de rega

€220

Juros

€250

Seguros e manutenção

€150

Na colheita

Máquina

€200

Carrego

€30

Transporte

€500

Maquia (moenda no lagar)

€450

Fonte SÁBADO



diferentes planos diretores municipais dos concelhos abrangidos pela rega do Alqueva, apenas o de Beja prevê uma “faixa de proteção sanitária e paisagística”, impondo, respetivamente, um distanciamento de 250 e de 500 metros aos aglomerados rurais e urbanos. Em Serpa, a Assembleia Municipal não conseguiu ainda fazer aprovar a ata da reunião de 27 de setembro último, pela qual se pretende impor uma distância mínima de 500 metros entre as povoações e as intervenções agrícolas que impliquem a intensificação do uso do solo.

Mas mesmo em Beja, onde o PDM prevê mecanismos legais de atuação, a autarquia recusa-se por sistema a intervir em defesa das populações afetadas pelo uso dos agroquímicos inerentes às culturas intensivas. O caso de Catarina Valério é paradigmático. Apesar de os próprios serviços do município sugerirem que o executivo municipal tinha aqui a possibilidade de embargar a plantação e de exigir ao agricultor um “projeto de avaliação paisagística e sanitária”, o que também foi reforçado no relatório da Delegada de Saúde Coordenadora e no parecer da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, nenhuma medida foi tomada até ao momento. Segundo João Paulo Martins, da associação ambientalista Zero, “só no concelho de Beja se encontra uma área superior a 2.500 hectares onde foram instaladas culturas intensivas de regadio em incumprimento”.

Mesmo dentro do setor agrícola estão a levantar-se vozes contra a instalação de plantações intensivas junto das povoações, embora possa haver discordâncias quanto a distâncias. Para o Partido Ecologista “Os Verdes”, por exemplo, devem ser “arrancados” todos os olivais superintensivos que se situem a menos de 300 metros das localidades e, nesse sentido, propôs a debate na Assembleia da República um projeto de lei justificado pela “urgência climática e pela saúde pública”. Já o consultor Daniel Montes, que é licenciado em Sistemas Agrícolas Ambientais, defende que “a menos de 50 metros não se podem instalar culturas permanentes. Não é ético. Temos de ter qualidade de vida no Alentejo. Se o Estado se tivesse preocupado, ninguém o poderia fazer”.

Ainda que a CCDR Alentejo, por intermédio do seu vice-presidente para as questões ambientais, Jorge Pulido Valente, refira que “há quatro anos que se estão a estudar os impactos socioecológicos dos olivais intensivos”, certo é que não há qualquer investigação oficial e publicada sobre os riscos de toxicidade para os seres humanos da utilização de agroquímicos no vasto olival do Alqueva. Um ensaio promovido recentemente pela Olivum refere que “o olival é das culturas menos exigentes na aplicação de fitofármacos” e que os produtos químicos utilizados “têm baixa perigosidade”. No entanto, segundo o departamento técnico da Associação dos Agri-



cultores do Baixo Alentejo, um olival saudável não deixa de exigir pelo menos oito tratamentos anuais – dois de herbicidas, dois de fungicidas e quatro de inseticidas.

Dislexia territorial

⬢ Não é situação exclusiva, mas é no território dos chamados “agricultores precários” do Alqueva que o crescimento de olival e de amendoal mais tem avançado de forma desregulada. E é também aí que as queixas de más práticas agrícolas, nomeadamente ambientais, mais se tem feito escutar. Os “precários” são bolsas de terra que o Estado, através do Regime Jurídico dos Aproveitamentos Agrícolas, prevê que possam ser infraestruturadas a título excepcional nas orlas dos perímetros de rega.

Nos primeiros momentos do Alqueva, quando a percentagem de adesão ao regadio era ainda residual, foi o próprio Governo, através da EDIA, que incentivou este tipo de investimentos fora dos blocos de rega e, logo, à margem das declarações de impacto ambiental previstas na lei. É o próprio presidente da empresa que gere o Alqueva, José Pedro Salema, que confirma que “há seis anos tínhamos um risco muito sério de transformar o projeto num elefante branco”. Foram os “precários” que, em primeira instância, evitaram que o projeto Alqueva estivesse “condenado ao fracasso”, reforça João Cavaco Rodrigues, presidente da Associação de Proprietários e Beneficiários do Alqueva.

No entanto, em meia dúzia de anos, o licenciamento de explorações em regime precário no Alqueva passou de exceção a prática comum. Tão comum que a EDIA, no início de 2019, temendo pela sustentabilidade do próprio sistema, denegou o fornecimento de água para novas instalações de culturas permanentes, como o olival e o amendoal, nas franjas do empreendimento. Por despacho de 26 de julho de 2019, o então ministro da Agricultura colocou uma pedra sobre o assunto ao determinar o fim das autorizações de abastecimento de água concedidas a novas instalações de culturas permanentes a título precário e o fim dos apoios públicos às mesmas.

A própria empresa gestora do Alqueva não sabe ao certo quantificar a área que hoje ocupam, estimando

Cuidado

Um olival necessita de tratamento químico regular através de fungicidas, herbicidas e inseticidas

A EXPLORAÇÃO EM REGIME PRECÁRIO NO ALQUEVA PASSOU DE EXCEÇÃO A PRÁTICA COMUM

50 mil hectares

É a expansão prevista do projeto Alqueva até 2023, ao abrigo do Plano Nacional de Regadios

⬢ Catarina Valério viu serem plantadas oliveiras a escassos metros da casa onde vive

que os precários completem cerca de 20 mil hectares. Segundo a Zero, destes existem pelos menos cinco mil hectares em choque com os mecanismos de ordenamento do território, nomeadamente os PDM, e em desrespeito pelos códigos de boas-práticas agrícolas. José Pedro Salema assume a existência do problema e garante que “a fiscalização existe”, mas que a EDIA “não tem nem deve ter um papel de polícia”. Já Jorge Pulido Valente vai mais longe: “Os precários são difíceis de fiscalizar. No geral há boas-práticas, mas também há más práticas e até há casos de polícia.”

E talvez por isso mesmo, a expansão do projeto Alqueva em mais 50 mil hectares, que estarão disponíveis em 2023 ao abrigo do Plano Nacional de Regadios, não contemple o aparecimento de novos “precários”. Aliás, os estudos de impacto ambiental das futuras áreas a infraestruturar, como acontece no “circuito hidráulico de Vidigueira e respetivo bloco de rega”, alertam para os “prováveis” impactos “menos positivos” da passagem da agricultura de sequeiro a regadio, caso os proprietários optem pela “intensificação monocultural”, como até aqui tem acontecido. E propõem, como “medida de minimização”, “a adoção de esquemas de produção com preocupações agroecológicas e direcionados para a diversificação de culturas”. A questão é que, por antecipação, mesmo esses territórios já estão bastante pressionados pelo tipo de lavoura que é hegemónica no Alqueva.

Nuno Gaspar de Oliveira, gestor de ecossistemas, prefere chamar “dislexia territorial” à monocultura do olival e à falta de conciliação entre as culturas intensivas e os sistemas agrícolas extensivos tradicionais. Para este investigador do Instituto Superior Técnico, uma gestão da terra onde toda e “qualquer erva e mato sejam mobilizados, as linhas de água descaracterizadas e todo o espaço disponível seja ocupado pela plantação” superintensiva, “aproximam-se do ecocídio”. E quando assim acontece, é todo o sistema que está em causa. Desde a mais ínfima semente, ao próprio homem. Mas essa é a história que falta contar. ◻

